

Mortes na periferia:

considerações sobre a chacina de 12 de novembro
em Fortaleza

Deaths in the periphery: considering the massacre
of 12 november in Fortaleza

Luiz Fábio S. Paiva*

RESUMO: Esta reflexão se debruça sobre um acontecimento em curso. Trata-se aqui de um primeiro olhar, permeado pelas efervescências do instante, sobre a chacina de 12 de novembro de 2015, na Grande Messejana, em Fortaleza. Na oportunidade, 11 pessoas foram assassinadas e as suspeitas recaíram sobre operadores de segurança pública. Nos dias que se seguiram, também foi possível observar movimentações políticas em torno das causas e consequências do acontecimento. Enquanto o Governo do Estado procurou manter a fachada de controle sobre a segurança pública em Fortaleza, forças de oposição aproveitaram para ressaltar a fragilidade do sistema diante de problemas que ele não conseguia evitar. Nesta conjuntura, reflete-se sobre como a vida e morte das pessoas é discutida a partir de representações que falam da violência como força estruturante da vida social.

Palavras-chave:
Violência; Política de segurança pública; vida e morte.

I ntrodução

Compreender o fenômeno da violência na sociedade brasileira exige alguma paciência, pois não é possível se conformar com respostas rápidas sobre as causalidades encontradas em manifestações variadas do que é possível compreender ou não como violência. Esta ideia não é original e sociólogos insistem bastante em afirmar que a violência é um fenômeno ambíguo e polifônico¹. Ao considerar estas características, compreendo que a violência exige da análise sociológica um olhar que trabalha com as transversalida-

1 Cf. DE FREITAS, Geovani Jacó. *Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

des entre história, cultura e moral. Isto possibilita que, ao considerar uma situação de violência, não posso, simplesmente, interpretá-la como evidência objetiva de um acontecimento. A violência, em nenhuma circunstância, pode ser interpretada sociologicamente como evidente. Seus efeitos simbólicos e políticos envolvem uma série de tramas construídas por sujeitos em suas relações sociais perpassadas por relações de poder. É assim que um fato, que deveria revoltar, pode produzir adesão; ou o que produz dor, pode gerar alegria, dependendo do ponto de vista do observador que reage à situação.

Seria razoável acreditar, por exemplo, que a morte por assassinato corresponde a um crime violento passível de provocar a necessidade de punição em uma sociedade que tem a vida como valor absoluto. No Brasil, essa ideia não pode ser interpretada como convicção absoluta que organiza a vida social e permite uma leitura, a priori, do que é ou não é um ato de violência. Essa conclusão é facilmente demonstrável quando analisamos situações como a *chacina* da madrugada do dia 12 de novembro em Fortaleza. Se ela gerou revolta em uns, encontrou relativizações, tolerância e compreensão em outros. São sobre essas várias leituras que irei expor aqui, na forma de ensaio, algumas considerações a respeito de um acontecimento ainda não totalmente esclarecido.

Para organizar as ideias, escolhi pensar inspirado por três eixos constituintes de algumas preocupações que surgiram com o acontecimento em si, ainda sem me preocupar com as suas consequências mais duradouras. A primeira questão a ser explorada diz respeito ao valor de uma vida, numa sociedade democrática, em que o homicídio se tornou meio eficiente de construir relações sociais duradouras. A segunda reflete sobre como a violência produz mais violência ao estabelecer que determinadas pessoas devam morrer para que, supostamente, a violência seja controlada. Por fim, a terceira questão sobre a qual me debruço é o problema de um modelo de segurança pública que insiste em insistir em erros conhecidos. Essas três questões compõem uma reflexão em movimento, respeitando um momento específico de um acontecimento carregado de afetos e incertezas, cujas consequências ainda se encontram no campo de um devir.

Chacinas e o valor de uma vida

Antes de tudo, ressalto que, como demonstram estudos sobre a violência no Brasil, há pessoas que ocupam uma posição subalterna em relação ao seu reconhecimento social e, conseqüentemente, suas vidas não são portadoras de valor significativo². É possível, inclusive, encontrar essas pessoas em

2 Cf. MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil. *Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

rota de colisão com suas mortes, em circuitos nos quais suas vidas não têm mais valor, e, assim, os seus assassinatos são vivenciados como destinos intransponíveis³. Sobre essa condição, a filósofa Judith Butler (2015) nos oferece algumas reflexões importantes. Para ela, não é possível imaginar o “ser” da vida fora das operações de poder e dos mecanismos constitutivos das vidas passíveis de luto. Esta informação é bastante importante para que seja possível alcançar as dimensões simbólicas pelas quais uma vida poder ser considerada digna ou não de ser vivida e, portanto, passível de luto. Butler demonstra que o sujeito não pode ser pensado a partir de normas e dos marcos de reconhecimento que constituem a sua inteligibilidade como portador de uma vida. Ao pensar sobre a expressão em inglês *to be framed* (ser enquadrado), Butler reflete que, assim como um quadro pode ser emoldurado, pessoas podem ser “enquadradas” em classificações que irão compor seu reconhecimento, como é o caso dos incriminados. Segundo ainda Butler “se alguém, enquadrado, em torno de sua ação é construído um “enquadramento”, de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador” (p. 23). Essas considerações são importantes e acompanham o que penso sobre a chacina do dia 12, considerando que as reações a ela não podem ser lidas fora da luta pelo reconhecimento da dignidade das vítimas.

No dia 12 de novembro de 2015, pela manhã, ao saber o que havia acontecido na região da Grande Messejana, iniciei uma peregrinação por sites de notícias e redes sociais no intuito de me informar sobre o assunto. Passei por várias notícias a respeito das 11 pessoas que foram mortas em menos de seis horas na periferia de Fortaleza. Acessei noticiais em portais de jornais, mas também em comunidades virtuais que fazem apologia ao trabalho policial no Ceará⁴. Logo nas primeiras visualizações, percebi que muitos internautas, integrantes dessas comunidades, alinhados ao discurso de que “bandido bom é bandido morto”, passaram a reagir negativamente ao acontecimento traduzido como “guerra entre traficantes”. A resistência aos que continuavam se manifestando a favor das mortes, atribuindo-as a bandidos que matam bandidos, revelava que algo diferente aconteceu. Essa diferença foi produzida por um elemento bastante comum em situações de homicídio no Brasil. As mortes de pessoas não são compreendidas como ato de violência imediatamente, pois parte-se do pressuposto de que a posição social do morto tem implicação no seu destino. Bandidos, por exemplo, são sujeitos matáveis e suas mortes são consideradas “normais”. A reação das pessoas pareceu indicar que algo diferente aconteceu e quem morreu não se enquadrava em perfis considerados matáveis. A revolta ganhou força quando as pessoas, nas redes sociais, e a imprensa passaram a falar do caso

3 Para análise de como a morte é esperada por determinados sujeitos em territórios marginais ver SÁ, Leonardo. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 339-355, 2011.

4 Entre muitos exemplos está a comunidade do facebook *Plantão Policial do Ceará*.

como uma possível retaliação de policiais à morte de um colega que havia reagido ao assalto no bairro Lagoa Redonda. Ela se intensificou quando revelaram que apenas duas das vítimas tinham antecedentes criminais e nenhuma parecia ter algum envolvimento sério com organizações criminosas. O enquadramento usual a que confere o morto o caráter de bandido e responsável pelo seu destino parecia estar nitidamente ameaçado.

Em geral, a chacina do dia 12 de novembro criou uma ruptura com uma moldura mais geral, produzindo outros arranjos para que o enquadramento “bandido bom era bandido morto” pudesse ainda funcionar, mesmo que de outra maneira. Se logo nas primeiras notícias, a tentativa, nas redes sociais, era atribuir aos mortos um enquadramento funcional que diminuísse o impacto da chacina, até mesmo produzindo adesão à morte dessas pessoas, o segundo momento foi de contraposição, afirmando o caráter inocente das vítimas assassinadas.

Nas redes sociais também ficou evidente a tensão entre os que tentavam defender a ação como uma ação contra bandidos ou entre bandidos e os que começaram a falar das vítimas como inocentes. Essa tensão foi fundamental e demonstrou que o caso poderia ter desdobramentos mais ou menos sérios para os que, em tese, são responsáveis pelo controle social da violência e do crime no Estado do Ceará. Salvo a pequena distância temporal entre os crimes, a morte de mais de dez pessoas em um final de semana não é algo incomum na cidade de Fortaleza. Apesar dessa característica, atrevo-me a dizer que a chacina do dia 12 de novembro só ganha a estatura de um crime que merece uma ação efetiva do Estado quando este ressalta que as vítimas eram “inocentes”. Era preciso saber se as vítimas eram dignas de luto e justiça ou não.

Na noite do dia 12 de novembro, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPD divulgou os nomes das vítimas da chacina. Este foi um momento extremamente importante e curioso. Nos comentários das notícias publicadas pelos principais jornais da cidade, observam-se, desde as primeiras informações sobre o crime, pessoas exigindo que sejam publicados os antecedentes criminais das vítimas. Assim, no dia seguinte ao crime, os antecedentes foram divulgados pela SSPDS e verificou-se que as vítimas da chacina de Messejana não tinham antecedentes criminais graves. Em linhas gerais, oito (8) não possuíam antecedentes e três (3) tinham, respectivamente, antecedentes relacionados à acidente de trânsito, pensão alimentícia e ameaça. Dias depois, o número dos que possuíam antecedentes diminuiu, pois houve um equívoco na atribuição do caso de pensão alimentícia. Essa constatação enfraqueceu os defensores das mortes como

mais um caso de “bandidos mortos” e intensificou, sobremaneira, a pressão sob o Governo para que uma resposta fosse dada ao caso.

Ao se deparar com a necessidade de explicar o acontecimento e, conseqüentemente, constar que as suspeitas passaram a recair sobre operadores de segurança pública, o secretário de segurança pública e defesa social, Delci Teixeira, fez a seguinte declaração:

Nós temos, continuamos com as três linhas de investigação que foi dita. Uma primeira há uma liderança da criminalidade que foi morta, que foi emboscada, parece que quatro carros, com várias pessoas dentro que o fuzilaram! É possível uma retaliação. Há traficante, há familiares, nós temos que investigar isso. Isso é uma linha de ação. Uma outra linha de ação é uma outra liderança que foi presa. Essa liderança foi pega com armas pesadas, com fuzil e tudo mais. É possível que ela possa ter creditado alguém por ter sido delatado a polícia. Agora, tem essa outra linha que nós não descartamos também, né, que poderia ser uma vingança, uma retaliação por parte até de policiais pela morte daquele policial, o soldado. Agora, se isso se confirmar para nós será uma surpresa! Primeiro porque uma ação criminosa. Seria até uma medida descabida porque o policial não foi morto por ser policial. Ele não foi morto por estar de serviço, como policial. Lamentavelmente, a tragédia que envolveu nosso colega foi um assalto a sua esposa. Ele foi interferir se não me falha a memória, de calção, inclusive. Ele estava praticando esportes, quer dizer, ele não foi morto por ser policial. Aí, entenderíamos então a possível vingança. Mas nessa situação está descartada. Se foi? Se essa linha for apontada na investigação, além de uma ação criminosa, seria uma ação descabida. Agora, nós vamos trabalhar com todas as linhas que aparecerem (Delci Teixeira. Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará)⁵.

Na fala do então Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, o caso é tratado como uma incógnita. Embora os primeiros testemunhos que circularam pela imprensa apontem para a participação de policiais nas mortes, o Secretário privilegia situações que passaram a compor uma suspeição

5 Disponível em: <<https://www.facebook.com/Plantão-Policial-Do-CEARÁ-451415088250472/?ref=ts&fref=ts>>. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5M_4Vw4je84>. Acesso em: 20 nov. 2015.

que circula entre o tráfico de drogas e uma incompreensível possível vingança de policiais que teriam, talvez, perpetrado uma “ação descabida”. As considerações do Secretário – apresentadas diversas vezes para vários meios de comunicação – foram feitas em um tom de cuidado, com um caso que pode criar dificuldades sérias para o Governo que ele representa. As linhas de investigação são apresentadas mais como uma tentativa de desviar a atenção do que realmente considerar diversas denúncias feitas por moradores da região⁶. Assim, as diversas falas sobre as quais me debruço não trazem certezas, e, ao leitor, talvez seja frustrante ler um texto sobre as dúvidas e as suspeitas criadas em torno das mortes de 11 pessoas na periferia da cidade de Fortaleza. Essas suspeitas não deixaram de recair sobre as vítimas e ainda oferecem justificativas para uma ideia recorrente ao se falar de violência no Brasil, qual seja, de que a violência pode ser utilizada como solução para problemas relacionados à violência⁷.

A violência como dispositivo de controle produtor de mais violência

Mesmo quando o acontecimento passou a ser interpretado como uma ação contra pessoas inocentes, foi possível observar justificativas para o destino das pessoas que, em tese, foram vítimas de uma violência sem sentido. Ainda quando policiais passaram a ser acusados, muitas manifestações passaram a acompanhar a ideia de que havia alguma justiça na situação e, possivelmente, as vítimas tinham envolvimento com o crime. Até o horário das pessoas nas ruas foi utilizado por usuários da Internet para traçar algumas conexões entre quem estava na rua disposto a atirar e quem inadvertidamente se colocou na posição de alvo.

6 Em matéria publicada no Portal G1 há indicações de que as mortes foram protagonizadas por policiais que, inclusive, arrastaram as vítimas de dentro das suas casa para os matar na rua. Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/11/dois-dos-11-mortos-em-chacina-no-ce-responderam-por-crimes-leves.html>. Acesso em: 25 nov. 2015.

7 Cf. BARREIRA, César. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Campinas- SP: Pontes, 2008.

8 O comentário é correspondente a uma matéria do Portal Tribuna do Ceará intitulada “Nenhuma das vítimas de chacina da Messejana teria antecedentes criminais graves”. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/seguranca publica/nenhuma-das-vitimas-de-chacina-da-messejana-teria-antecedentes-criminais-graves/>. Acesso em: 26 nov. 2015.

Não tenho medo da polícia, até porque sou uma cidadã de bem e quem não deve, não teme. O próprio título da matéria, é sensacionalista⁸. Nenhum tinha antecedentes graves... Hãhã? O cara com 17 anos, já responde por crime de trânsito? Já era habilitado, então? O outro com 18, por pensão, que sim, dá cadeia, o outro respondia por ameaça, art. 147 do cód. penal. Isso não é grave né? Por enquanto, é o que sabemos e 3 respondiam por crimes sim... Não crimes hediondos, mas dizer que não tinham antecedentes criminais, é hipocrisia. O fato dos demais não terem passagem, não faz deles santos. O que faziam de madrugada na rua? Estavam trabalhando? SSPC e

MP apurem os fatos, porque aí tem. Direito humanos? Uhum sei... Defensores do que não presta, isso sim. Pra eles o que interessa, é defender a bandidagem e oprimir o cidadão (sic). (Comentário no Portal Tribuna do Ceará).

O comentário da “cidadã” aparece como uma resposta à matéria que apresenta as informações sobre os antecedentes criminais das vítimas. Para fins dessa reflexão, o comentário me pareceu ilustrativo de outros que seguiram a mesma ideia de sujeição criminal das vítimas. Embora elas não tivessem antecedentes criminais, usuários da internet questionaram se elas realmente erram “inocentes”. Suspeitas foram levantadas e até acusações feitas sobre algumas das pessoas que estavam na rua em uma hora “muito suspeita”. O que me pareceu interessante foi o fato de as pessoas não observarem que, mesmo que eles tivessem antecedentes criminais, não poderiam, de maneira nenhuma, sofrer o que sofreram.

Ao comentário apresentado, seguiu-se outro com o seguinte questionamento: “pois bem, aonde vem escrito que só podemos ficar na rua até determinado horário? Alguma lei expressa essa declaração?”. Os questionamentos sobre a dignidade das vítimas escondem algo perverso e evidenciam uma ideia constituinte dos desejos de determinados brasileiros que, nas suas avaliações sobre o crime, julgam como aceitável a utilização da violência contra os que a praticam. Aparentemente, não importa a proporcionalidade, pois um praticante de furto pode ser linchado ou um consumidor de drogas baleado por correr da polícia. Coisas desse tipo são comuns e têm alimentado reivindicações de mais violência como meio de combate à violência em cidades como Fortaleza.

Penso que a violência é um recurso para criação e gestão de uma ordem social desigual, em que as diferenças podem ser harmonizadas pelo uso indiscriminado da força contra pessoas que ocupam posições subalternas na hierarquia social. Os moradores dos bairros mais pobres são as principais vítimas de violências que envolvem tanto a ação criminosas de pessoas que os vitimam em seus locais de moradia quanto daqueles que, em tese, deveriam os proteger. Isso ocorre justamente porque a violência é o meio escolhido para conter a violência, gerando apenas mais violência e vitimização.

Hoje, por meio da imprensa e das novas tecnologias de filmagem, é possível acessar imagens de corpos de pessoas pobres sendo arrastados, baleados, torturados e espancados por criminosos e policiais. Essas imagens têm produzido indignação de segmentos que defendem os direitos de cidadania

e a promoção dos direitos humanos no Brasil. Os casos, no entanto, têm permitido que expressões de legitimação desses atos também ganhem visibilidade, inclusive com discursos de políticos que ocupam cargos eletivos defendendo ações enérgicas em uma suposta “guerra contra o crime”⁹. Os pobres mortos por balas perdidas ou em função da violência policial são classificados como contingências, acasos, um pequeno percentual em taxas de uma sociedade violenta que deve implementar formas ainda mais violentas para combater a violência.

Na chacina do dia 12, não se sabe nada a respeito de qualquer ligação das vítimas com seus agressores. Isso não foi suficiente e a morte delas não parece ter impactado, pelo menos não em curto prazo, em mudanças significativas na ideia de que o crime deve continuar sendo combatido com violência. O acontecimento também revelou outro dado importante que se refere à naturalização da morte como elemento estruturante de uma Cidade violenta. Enquanto, na mesma época, mortos em um atentado terrorista em Paris ganharam inúmeras homenagens públicas, discursos emblemáticos do governo francês, promessas de caça aos terroristas, bombardeios em seu nome e juras de que suas mortes não seriam esquecidas, as vítimas da chacina na Grande Messejana foram retratadas em discursos constrangedores de um Governo que tentou, inutilmente, demonstrar seu compromisso com a resolução do crime. O governador Camilo Santana deu inúmeras declarações considerando a chacina como “incaicitável” e prometendo punir “quem quer que fosse o responsável”. Do meu ponto de vista, suas declarações foram tímidas e não foram seguidas por ações contundentes que demonstrassem seu compromisso com mudanças efetivas na gestão da segurança pública no Ceará. A possibilidade de participação de policiais também foi um complicador para o seu governo, pois colocou em questão sua força e competência como gestor de uma área extremamente difícil e delicada.

A segurança pública no Ceará: a eterna defesa do indefensável ou como é possível evoluir cometendo os mesmos erros de sempre

Os problemas de segurança pública no Ceará compõem a agenda política e eleitoral do Estado. É importante destacar que o atual Governo do Estado é uma continuidade de um grupo político que conquistou sua ascensão com base na ideia de que iria revolucionar a área de segurança pública¹⁰. Apesar do esforço feito para produzir mudanças na estrutura de policiamento na cidade e contar com certa abundância de recursos decorrentes de progra-

9 Não é por acaso que conjuntos de deputados federais e estaduais são conhecidos, no Brasil, como membros de “bancadas da bala”, que atuam nas mais diversas esferas do poder legislativo, com ambições a cargos no poder executivo.

10 Cf. MOTA BRASIL, Glaucia. ; ALMEIDA, Rosemary de O.; FREITAS, Geovane J. Dilemas da “nova” formação policial: experiências e práticas de policiamento. Campinas-SP: Pontes, 2015.

mas federais, o grupo político, a qual pertence o atual governador Camilo Santana, amargou significativo aumento das taxas de homicídio justamente no período em que foram implementadas suas principais ações no campo da segurança pública. Para dificultar a situação para o governo de Camilo, nos últimos anos, forças de oposição se consolidaram a partir de críticas à gestão da segurança pública feita pelo grupo que o governador representa. Entre os nomes relevantes, destaco o do Capitão Wagner, deputado estadual de oposição ao governo de Camilo Santana, fortemente identificado com as questões que envolvem os problemas de segurança pública e seus operadores.

Logo após a chacina, amparado na ideia de que era preciso restituir a sensação de segurança da população de Fortaleza – supostamente “apavorada” em razão dos acontecimentos do dia 12 de novembro – o Capitão Wagner declarou a imprensa que entrou com requerimento solicitando ao Governador Camilo Santana a presença da Força Nacional de Segurança Pública¹¹. “O apoio da Força Federal fará o cidadão se sentir mais tranquilo na rua. Não é por não acreditar na polícia cearense”¹², destacou o Deputado ao jornal *O Povo*. Apesar do adendo, a solicitação colocava em questão, substancialmente, a capacidade de o governo do Estado lidar com uma situação que poderia ter sido gerada por operadores de segurança pública sob o seu comando. Criou-se em torno dessa questão embates que permearam desde a solicitação em si até a forma como o requerimento seria redigido.

Entre as declarações prestadas à imprensa para justificar sua ação, o Capitão Wagner se referiu a cortes de gastos e ao fato de a “tropa” querer trabalhar, porém esta se encontra sem as condições adequadas para executar seu serviço. As respostas ao requerimento vieram imediatamente depois da sua divulgação. Ciro Gomes, irmão do ex-governador Cid Gomes e um dos mais importantes cabos eleitorais de Camilo Santana, declarou em sua página no Facebook o seguinte:

“Atenção, Fortaleza! Qual pré-candidato a prefeito ganha com o clima de terror que tem se tentado espalhar na cidade? Qual miliciano tem os contatos com a bandidagem inclusive infiltrada na polícia? Vale pensar e ajudar a desfazer este clima que explora a violência para tirar dividendos politiqueiros”, disse Ciro¹³.

Ciro já havia feito inúmeras críticas e até emitido algumas ofensas ao Deputado Capitão Wagner na campanha de 2014. Wagner apoiava a candidatura de Eunício Oliveira do PMDB e construiu sua eleição com base em críticas

11 “A Força Nacional de Segurança Pública foi criada em 2004 para atender às necessidades emergenciais dos estados, em questões onde se fizerem necessárias a interferência maior do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança”, Ministério da Justiça.

12 Declaração disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/11/16/noticiafortaleza,3534955/capitao-wagner-solicita-presenca-da-forca-nacional-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

13 A declaração foi feita em sua rede social e repercutiu em matérias publicadas pela imprensa cearense. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2015/11/16/noticiaspoliticas,3534937/ciro-insinua-interesse-de-pre-candidato-com-violencia-wagner-responde.shtml>>. Acesso em: 26 nov. de 2015.

à gestão de Cid Gomes, sobretudo na área de segurança pública. É oportuno esclarecer que o cenário político da chacina também era bastante complexo em virtude das articulações iniciadas para as eleições de 2016 para prefeitura de Fortaleza. Ao considerar a conjuntura, Cid expressa o jogo de interesses do qual inclusive participa, pois visa à preservação do atual *status quo* em que Estado do Ceará e Prefeitura de Fortaleza são governados pelo grupo político que integra. Aqui se observa um clássico desdobramento das lutas políticas brasileiras cujos interesses e ações perpassam as perspectivas e expectativas eleitorais, situando cada ação como parte de uma estratégia elaborada para minar uns e fortalecer outros na disputa por cargos eletivos. Neste contexto, a requisição para presença da Força Nacional de Segurança Pública se tornou menos um problema de segurança pública do que uma questão que antecipa o cenário político para as eleições municipais de 2016.

Tornou-se uma questão de honra para o governo de Camilo Santana revidar ao requerimento, amenizando o impacto da chacina na política de segurança pública do Estado do Ceará. Importante destacar que o momento político da chacina é também o de construção de um Pacto por um Ceará Pacífico, principal ação de Camilo Santana no campo da segurança pública. Considerada uma iniciativa pioneira no Estado, com participação de vários setores do governo empenhados na redução dos homicídios nas cidades cearenses, o Pacto se estruturava em um momento de celebração da SSPDS pela redução de homicídios em todo o Estado, principalmente no primeiro semestre de 2015. A chacina borrou, em certa medida, o quadro que o governo tentava apresentar e ainda o colocou diante de uma demanda política de um dos seus principais opositores políticos na Assembleia Legislativa. A primeira manifestação, portanto, foi a de garantir à opinião pública que a situação estava sob controle e era desnecessária a convocação da Força Nacional. Assim se manifestou o Secretário de Segurança Delci Teixeira na Assembleia Legislativa.

O secretário da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), Delci Teixeira, avaliou, em resposta às indagações de parlamentares, ser desnecessária a convocação da Força Nacional de Segurança para o Ceará. Ele afirmou que a polícia tem cumprido com seu dever na segurança. Entretanto, o secretário não descartou o uso da tropa, caso seja necessário. Sobre a chacina ocorrida nos bairros Curió, São Miguel e Lagoa Redonda, Delci Teixeira esclareceu que está trabalhando com a Controladoria da Polícia e com uma comissão de promotores, para que os culpados sejam identificados e presos o mais rápido possível (Delci Teixeira na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará)¹⁴.

14 Disponível em: <<http://www.al.ce.gov.br/index.php/destaques-do-site/item/47662-1811-gs-secretario-delc>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

A manifestação de Delci, na própria Assembleia Legislativa, foi uma tentativa de demonstrar não apenas a preocupação de um governo com um problema de segurança que desafiava a sua capacidade de gestão, mas de reagir aos interesses da oposição expressos no intuito de aprovar o requerimento pela Força Nacional. Seu papel na Assembleia tinha como objetivo demonstrar a força política do governo, convencendo os deputados de que a SSPDS poderia controlar e resolver as questões de segurança na cidade de Fortaleza. Na mesma ocasião, Delci também respondeu a outra questão apresentada por Wagner relativa à existência de um grupo de extermínio na Polícia Militar. Ao questionar o Deputado para que apresentasse os nomes dos envolvidos, recebeu dele o que pediu e mais detalhes sobre a denúncia. Mesmo com a visita de Delci, a Assembleia aprovou o requerimento do Capitão Wagner, deixando o governo na constrangedora posição de negociar com ele mudanças na redação do texto. Assim, frases como “fazemos solicitação imediata da Força” foram substituídas por expressões mais suaves, como: “pedimos que se avalie a necessidade da presença da Força”. Independentemente do resultado dessa discussão, avalio que os problemas de segurança pública continuaram expressando as contingências de lutas pelo poder de representar e governar em função de ações que visam como fim às eleições para determinados cargos eletivos. Ao final, esvaziavam-se as discussões daquilo que deveria ser a sua finalidade primordial: a defesa dos direitos de cidadania de quem sofre violência e é vítima de ações bárbaras, como da chacina do dia 12 de novembro.

Considerações Finais

Como demonstrou Bourdieu (2001), o poder é poder de construir e nomear um mundo, dotando-o de sentido, afetos e experiências. A chacina na Grande Messejana representou um evento crítico para uma sociedade que, em geral, me parece acostumada a ver cenas de violência como parte da vida de pessoas na periferia da cidade de Fortaleza (PAIVA, 2014). As lutas pela Força Nacional ou pela punição dos culpados seguem uma lógica que passa pela retórica do poder político que se vê diante da necessidade de cuidar do caso sem deixar a situação contaminar sua credibilidade. O último capítulo conhecido até o momento em que encerro esse texto é o encaminhamento da investigação para a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social (CGD). Apesar de a CGD ser uma instituição responsável por crimes de operadores da segurança pública e existir indícios da participação de policiais no caso, os gestores da SSPDS continuaram afirmando que o encaminhamento não

significava o abandono das outras linhas de investigação. O Governo e os gestores da SSPDS continuaram tentando manter sua fachada. Como refletiu Goffman (2011, p.14), “a fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados”. Então, a preocupação do ator, em rituais públicos de interação, passa pela preservação dos valores que são considerados necessários a sua pessoa no desenvolvimento, por exemplo, de sua atividade profissional como gestor.

Em 2015, as chacinas demonstraram que, ao lado de outros problemas de segurança pública, havia no Estado do Ceará um cenário preocupante em virtude da possibilidade de ocorrer algo como uma matança indiscriminada. Manter a fachada de um governo que parecia ter o controle da situação foi a prioridade, seguida de tentativas de resistir aos ataques de uma oposição que se fortaleceu com o acontecimento. As lutas políticas que envolveram essa situação ainda estão em seus primeiros contornos, mas já evidenciam mudanças na relação entre a cidade e seus moradores. Os silêncios e os barulhos feitos nas ruas dos bairros afetados demonstraram que o acontecimento teve múltiplas consequências na vida social de Fortaleza. Por um lado, o medo se tornou um sentimento ainda mais forte na estruturação das relações com o mundo fora de casa; por outro, a revolta trouxe pessoas de volta às ruas em manifestações contra a violência na periferia da Cidade. O que irá acontecer e ficar dessa experiência ainda está em aberto, e encerro ainda na espera de respostas.

Relatos e Diálogos

Recebido: 27/11/2015

Aprovado: 10/12/2015

Keywords:

Violence; Public security policy; Life and death.

ABSTRACT: This reflection focuses on an ongoing event. This is about a first look at the slaughter that took place on 12 november in Messejana region, in Fortaleza. In that event, 11 people were murdered and the suspicions fell on public safety operators. In the days that followed it was also possible to observe political movements around the causes and consequences of the event. While the state government sought to maintain control of frontage on public safety in Fortaleza, opposition forces took the opportunity to highlight its fragility in the face of problems that the government itself could not avoid. At this conjuncture, this text will present a reflection on the life and death of people is discussed from representations that speak of violence as a structuring force of social life. Finally, it must be said that this is a first analytical exercise, not being immune to the effervescence of the moment.

Referências

BARREIRA, César. Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. Campinas- SP: Pontes, 2008.

BORDIEU, Pierre. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.p. 203.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org.). Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.p. 13-32.

MOTA BRASIL, Glauciria.; ALMEIDA, Rosemary de O.; FREITAS, Geovane J. Dilemas da “nova” formação policial: experiências e práticas de policiamento. (orgs.) Campinas-SP: Pontes, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio S. Contingências da violência em um território estigmatizado. Campinas-SP: Pontes, 2014.

SÁ, Leonardo. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. Dilemas: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 339-355, 2011.

ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.